

Sarney

Notas e informações

Em defesa do Estado, e da democracia

O presidente da República, José Sarney, tornou-se merecedor da solidariedade da Nação. Mais do que a tentativa de atingi-lo com pedras, o que houve anteontem no Rio de Janeiro foi, como disse s. exa. com bastante propriedade, um "atentado contra as instituições democráticas". Pode-se vaia o primeiro mandatário, para exprimir descontentamento (como, aliás, aconteceu em Salvador há alguns meses sem a maior repercussão); fazer seu enterro simbólico para dizer que considera seu mandato encerrado; reclamar sua saída; essas manifestações são formas de protesto dentro dos padrões civilizados de uma sociedade em processo de permanente transformação em decorrência da crise econômica, e, sobretudo, do acelerado crescimento demográfico. Quando, porém, se investe selvagememente contra a pessoa do presidente da República, atentando-se perigosamente contra sua integridade física, é sinal de que se abandonaram as regras civilizadas do protesto político e os autores intelectuais e materiais do ato se consideram fora do contrato social e da convivência democrática. Essa é a lição que vem da noite dos séculos e é para ela que a Nação deve atender, se é que se deseja preservar a ordem democrática.

Não foi somente a CUT que patrocinou a mazorca; ao lado dos que se especializaram em manter trabalhadores em cárcere privado, mediante técnicas de intimidação próprias da SS, havia os que portavam cartazes enaltecendo a figura do "caudilho" gaúcho-fluminense, que em recente programa de televisão conclamara o povo a sair às ruas reclamando eleições diretas, pois o atual governo não teria condições de reprimir nenhum ato, já que o governo Figueiredo não opusera obstáculos à campanha memorável das "diretas-já". É fácil dizer à massa que proteste quando todos os fatores se combinam para criar insatisfação; difícil é contê-la e impedir que passe ao ataque às autoridades — se é que se pretende conservar a manifestação dentro dos limites da legalidade e da civilidade.

Pela descrição que se tem do fato criminoso, a destruição do vidro da janela ao lado da poltrona em que se sentava o presidente da República foi intencional: ninguém leva uma picareta — arma com a qual se assassinou Trotsky — a uma manifestação pacífica, muito menos sem preocupação de

escondê-la. A intenção dolosa é evidente. Resta saber com que objetivo político.

Essa é a grave questão que se coloca a partir de hoje, quando o episódio da agressão ao sr. José Sarney começará a ter desdobramentos — e ela os terá, sem dúvida alguma. A reunião do chefe de Estado com seus ministros militares é indicativa de que os incidentes no Rio de Janeiro não foram considerados um mero acidente de percurso próprio da vida democrática. Quando o general João Figueiredo recebeu insultos de estudantes e partiu para o desforço pessoal, havia clara manifestação hostil ao presidente da República. Contudo, não tinham os estudantes o intuito de insinuar a possibilidade de uma agressão física nem de marcar a fragilidade dos serviços de segurança. Conseqüentemente, os ministros militares não se reuniram naquela ocasião como se alguma coisa muito grave tivesse afetado a segurança do Estado. Hoje, a situação é diversa — e as conseqüências também poderão sê-lo, a menos que haja a firme disposição de impedir que forças antidemocráticas tracem o rumo que deve tomar o pretendido processo de democratização do País.

Convençamo-nos de que é disso que se trata. A evidência produzida durante o ataque ao presidente da República aponta toda ela para a CUT e os brizolistas. *Prima facie* é para aquela entidade sabidamente antidemocrática, especializada na prática de ações totalitárias, e para a figura do antigo chefe dos "Grupos dos Onze" que se dirigem as atenções. Assim sendo, cabe repetir a pergunta: será o regime político brasileiro tão frágil a ponto de permitir que os radicais da CUT e os mazorqueiros a serviço do "caudilho" impeçam a marcha para a democracia? Mais do que indagar da fragilidade ou da fortaleza da democracia brasileira, a pergunta que se faz é outra: serão os responsáveis pela defesa do Estado tão timoratos que vêm no insulto ao presidente da República, no ataque que contra ele se fez, motivo para admitir a existência de "graves perturbações" da ordem pública ou da paz social que justifiquem a adoção de medidas previstas no artigo 155 da Constituição em vigor?

Consciente de que tem a solidariedade da Nação, o chefe de Estado deve exercer, neste momento sumamente

delicado, o máximo de sua autoridade calçada na maior das prudências. O atentado no Rio foi um ato destinado a radicalizar posições no instante em que a Assembléia Nacional Constituinte recebe o primeiro relatório do deputado Bernardo Cabral, abrindo a grande discussão em torno dos princípios gerais que nortearão a organização do Estado brasileiro. Nesse relatório deverá incluir-se, com certeza, a questão da anistia aos militares, assunto candente e perigoso, como tivemos ocasião de assinalar em editorial de ontem. Ora, é de estranhar que precisamente nessa hora, quando os ânimos devem estar serenados para que a ação dos radicais do "lado de lá" não corresponda a reação dos radicais do "lado de cá", como diria o general Golbery do Couto e Silva, se ataque o presidente da República.

Sabemos e sempre dissemos que o momento por que passa o Brasil é grave demais para que os responsáveis pela condução dos negócios públicos se deixem conduzir pela emoção. Se na passagem mais delicada do período autoritário para o de abertura democrática — que foi aquele em que o presidente Geisel propôs a substituição do Ato Institucional nº 5 pelas Salvaguardas — dissemos e não nos cansamos de repetir que, apesar de as Salvaguardas encerrarem uma ameaça à democracia, era preciso aceitá-las, não vemos por que mudar de posição. Hoje, como naquele momento, é preciso fazer que a luta para a instauração do regime democrático seja contida nos limites de uma "guerra de posições", na qual os democratas, ainda fracos e desorganizados, devem manter, palmo a palmo, o terreno que conquistam aos adversários que estão nos dois lados, os que à direita e à esquerda jogam no *quanto pior, melhor*. Esses radicais, sendo mais organizados, desejam transformar a "guerra de posições" em "guerra de movimento", na qual são mestres e para a qual estão preparados e os democratas não!

Não ceder aos extremistas totalitários e não permitir que os inimigos da democracia e da República escolham as armas e o terreno — *pois se o fizer estará aceitando as provocações que fazem e tenderão a fazer com redobrado vigor daqui para a frente* — é dever antes de mais nada do presidente José Sarney, comandante supremo das Forças Armadas.